

## **Esclarecimento e Pedido de Impugnação.**

À Pregoeira da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto  
Ref.: Concorrência Pública nº 002/2025 – Construção da Nova Creche no Bairro Boa Vista

**Posto Maria Cumprida LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.871.891/0001-14, com sede à Estrada Bernardo Coutinho, 1300, Araras – Petrópolis-RJ, representada por seu responsável legal, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em razão das irregularidades a seguir apontadas:

### **I. TEMPESTIVIDADE**

O presente pedido é tempestivo, conforme dispõe o §1º do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que é interposto no prazo legal de até 3 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

### **II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO**

#### **1. Exigência de atestado de capacidade técnica para escavação mecânica sem previsão orçamentária correspondente**

O edital exige apresentação de atestados de capacidade técnica para escavação mecânica, embora a planilha orçamentária não contenha serviços compatíveis com esse nível de complexidade, tampouco quantidade significativa desses serviços. Trata-se de exigência desproporcional que compromete a competitividade da licitação. Tal prática viola o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que condiciona a exigência de qualificação técnico-operacional à complexidade e à natureza do objeto da contratação.

#### **2. Ausência de serviços de terraplenagem e compactação técnica no orçamento**

Durante a vistoria do terreno foi verificada a necessidade evidente de serviços de movimentação de terra e compactação técnica, dada a diferença de níveis no solo, o que é incoerente com o projeto de implantação. Todavia, não constam na planilha orçamentária itens correspondentes, o que compromete a exequibilidade da proposta. Essa omissão contraria o art. 11 da Lei nº



14.133/2021, que trata do dever de planejamento da Administração e do princípio da economicidade, e o art. 6º, inciso XXV, que exige projeto básico compatível com a execução pretendida.

**3. Falta de previsão de engenheiro civil para acompanhamento técnico diário**

O caderno de encargos no item X exige o acompanhamento técnico diário da obra por engenheiro civil, o que é essencial à complexidade da construção de uma creche. Entretanto, não há previsão orçamentária para remuneração deste profissional, o que torna inexecutável a prestação do serviço nos moldes exigidos. Tal ausência fere o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que obriga a compatibilidade entre o projeto, a execução contratual e o orçamento estimado, e compromete a regularidade da fiscalização da obra pública.

**4. Obrigatoriedade de aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros sem previsão no projeto ou orçamento**

O memorial descritivo determina que o projeto da creche seja aprovado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). No entanto, o projeto de combate a incêndio não apresenta tal aprovação nem previsão orçamentária de serviços relacionados à elaboração e submissão desse processo, tampouco custos correspondentes na planilha orçamentária. Essa omissão infringe o art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, pois compromete a completude do projeto básico e impede que os licitantes dimensionem adequadamente seus custos e obrigações.

**5. Critério de desempate por sorteio em desacordo com a Lei nº 14.133/2021**

O item 5.17.4 do edital prevê sorteio como critério de desempate entre microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), o que não encontra respaldo legal. O art. 60 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o desempate deve ocorrer por meio de critérios objetivos, como maior desconto ou melhor técnica, sendo o sorteio medida excepcional e não prioritária. Portanto, a cláusula editalícia viola a legalidade e a isonomia entre os licitantes.

**6. Divergência sobre a validade da certidão de registro profissional da pessoa jurídica**

O item 7.5.12 do Edital determina que a certidão profissional da empresa tenha validade até a data de entrega dos envelopes, enquanto o item 7.5.7 exige que o documento esteja válido



dentro do exercício vigente. Tal divergência pode levar à interpretação dúbia e eliminação indevida de licitantes. A insegurança jurídica decorrente dessa contradição afronta o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que assegura a legalidade, a segurança jurídica e o tratamento isonômico entre os participantes.

**7. Ausência de licença ambiental ou declaração de dispensa**

Não há no edital qualquer referência a licença ambiental (prévia, de instalação ou de operação), nem documento que a dispense formalmente, o que é obrigatório para obras com potencial impacto ambiental como a construção de uma creche. A ausência fere o art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que exige a compatibilidade do projeto com as normas ambientais vigentes, e a Resolução CONAMA nº 237/1997, que regulamenta o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente.

**8. Vedação indevida à participação de empresas optantes do Simples Nacional**

O item 4.7 do edital veda a participação de empresas optantes pelo Simples Nacional sob o argumento de que há cessão de mão de obra. Contudo, tal vedação é genérica e desprovida de fundamento, uma vez que o art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006 veda o Simples apenas para empresas que subcontratam mão de obra, e não para aquelas que executam os serviços diretamente com seus próprios funcionários. Além disso, a restrição afronta o art. 47 da mesma Lei, que estabelece o tratamento favorecido às ME/EPP nas contratações públicas.

### **III. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

1. **A suspensão da Concorrência nº 002/2025**, até que sejam realizadas as devidas correções no edital e seus anexos;
2. **A retirada da exigência de atestado de escavação mecânica**, por ausência de previsão técnica e orçamentária que a justifique;
3. **A inclusão de serviços de terraplenagem e compactação técnica no orçamento**, conforme evidência topográfica do terreno;
4. **A inserção da previsão orçamentária e contratual para engenheiro civil residente na obra**, em conformidade com o Caderno de Encargos;



5. A inclusão do serviço de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e respectiva previsão orçamentária;
6. A adequação do critério de desempate conforme o art. 60 da Lei nº 14.133/2021, excluindo a previsão de sorteio;
7. A padronização das exigências quanto à validade da certidão profissional, com unificação de critérios claros e objetivos;
8. A inclusão da licença ambiental ou termo de dispensa formal e legalmente fundamentado;
9. A revogação da vedação ao Simples Nacional, quando não caracterizada subcontratação de mão de obra, sob pena de ofensa à LC 123/2006.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Em Petrópolis, Rio de Janeiro - 21 de junho de 2025.

  
Socio: RENATO FERREIRA MARINHO  
Posto Maria Cumprida LTDA  
CNPJ: 01.871.891/0001-14  
E-mail: [postomariacumprida@gmail.com](mailto:postomariacumprida@gmail.com)

Tel. (24) 2225-8349